

O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A FAMÍLIA COMO MEDIADORA DESTE MAL

Regina Celli Silva Duarte, UEPB, autora
Reginacelli12@hotmail.com

Jucélia Laurentino Bezerra, UEPB, coautora
jucelialaurentino@hotmail.com

Margareth Maria de Melo, UEPB, orientadora
margarethmmelo@yahoo.com.br

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência sobre o racismo vivido na Educação Infantil, em que o responsável por este preconceito é a própria família. A legislação brasileira, nas últimas décadas, tem contemplado a Educação Infantil. Isso ocorreu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Art. 208, Inciso IV), na aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e no Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI - BRASIL, 1998). Nestes documentos, a Educação Infantil vem sendo respeitada, sendo considerada como um dos instrumentos necessários para dar início à educação e à socialização das crianças. O que motivou esta experiência foi a disciplina Diversidade, Inclusão Social e Educação e o Estágio Supervisionado IV, onde podemos observar na sala de aula da Educação Infantil o comportamento de uma aluna, com quatro anos que rejeitava seu colega por ser negro. A criança deixou claro que não pegava na mão do mesmo porque ele era negro e tinha a mão suja. A mãe da criança era a mais incentivadora da situação. A partir disto foi feito um trabalho com as crianças e as mães dos alunos. Neste trabalho foram apresentadas: reuniões, mensagens, dinâmicas e brincadeiras, envolvendo tanto as crianças como as mães. Depois podemos observar que houve uma mudança em ambos os comportamentos. No contexto escolar, alguns professores se sentem inseguros também para abordar temas polêmicos, como a discriminação racial. O trabalho sobre o racismo deve começar cedo na educação infantil, através do entendimento da identidade e equidade racial da criança, focando na diversidade cultural e ética (RCNEI – BRASIL, 1998). É comum encontrar pessoas em nossa sociedade que praticam o racismo no cotidiano, entretanto, não se dizem racistas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, para as relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana diz que: O Brasil, Colônia, Império e República teve historicamente, no espaço legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente Brasileira até hoje (BRASIL, 2004). Na escola não é diferente, as crianças por influência da família trazem juízos de valor que diferencia o outro, pela cor da pele. A escola tem a função de trabalhar as diferenças construindo uma sociedade que elimine o preconceito e a exclusão racial. A elaboração de políticas públicas eficazes se faz necessário para que as escolas e os seus profissionais promovam um amplo movimento, tendo como horizonte a discussão e redimensionamento dos currículos, dos materiais pedagógicos com relação às etnias e as diversidades culturais e, principalmente, as questões referentes aos deveres e direitos garantidos pelo Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2004). Professores e demais profissionais educacionais que circundam a pré-escola, com o intuito de educar para

diversidade, devem oferecer oportunidade para que as crianças façam sua interpretação do mundo. As salas de Educação Infantil e classes dos anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser ambientes que possam oferecer e trabalhar todos os materiais para que, através da observação, comparação, classificação e reflexão, as crianças descubram a importância da cultura, das manifestações, crenças, procurando se apropriar e construir conhecimentos importantes para a própria vivência social (RECNEI – BRASIL, 1998). Parece que ainda são as crianças negras que recebem menos cuidado, afeto e atenção. A escola brasileira deve conhecer e vivenciar a diversidade de seus alunos, permitindo que a escola seja um instrumento de alfabetização, mas também um instrumento de crescimento cultural, de descoberta de experiências étnico-raciais. O importante é que as escolas incorporem nos currículos da pré-escola, práticas e metodologias possibilitando a construção de um sentimento de identificação, que regaste a história dos negros, sua herança africana e sua importância na formação do Brasil (BRASIL, 2004). Assim, jovens e crianças devem reproduzir e recriar, em sua experiência cotidiana, na vida familiar e nas celebrações grupais, os valores que são passados de geração em geração. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são diretrizes que ajudam o professor no desenvolvimento de sua aula, a qual é voltada para a cidadania e o respeito às diversidades. A educação brasileira precisa no contexto das salas de aula partir da ideia do aluno enquanto um ser social dotado de cultura que o define. As escolas devem estimular as crianças na aceitação da sua cor, buscando resgatar sua auto-estima através da valorização da cultura negra, do sentido de igualdade de direitos e do respeito às crianças, prevenindo o desenvolvimento do racismo nas crianças brancas. Concluímos que aprofundar o conhecimento sobre a origem de cada etnia que fez e faz parte da construção da sociedade brasileira educa para a eliminação do preconceito. É necessário formar educadores preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula, com a família e, também, para criticar o currículo e suas práticas. Não se trata de educar todos como iguais, mas sim educar na diferença, ressaltando as especificidades e resgatando as diversas etnias de uma educação cheia de preconceitos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Família. Racismo. Formação Docente.